

Professores examinam situação política

Balanço da crise *As frustrações e as esperanças se misturam na análise da realidade brasileira*

Buscando facilitar a compreensão dos vários aspectos da crise política que o Brasil vivencia desde as primeiras denúncias de corrupção no atual governo, o Jornal da Universidade promoveu, no dia 22 de agosto, uma entrevista seguida de debate entre os professores Antonio David Cattani e Céli Regina Pinto, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas; Fernando Ferrari Filho, da Faculdade de Ciências Econômicas; e Eduardo Carrion, aposentado da Faculdade de Direito. Nesta página, as considerações iniciais sobre a crise; na página central, comentários e respostas às perguntas formuladas pela equipe do jornal.

Antonio David Cattani – Esta crise é o resultado de um processo espúrio de financiamento de campanha, contrário a princípios elementares de decência e moralidade. Membros do governo mostraram absoluta ingenuidade ao buscarem verbas para as campanhas e incompetência na administração. Mas tudo está sendo mostrado como se tivesse acontecido pela primeira vez na história eleitoral brasileira. Em eleições anteriores houve casos muito mais escabrosos. Agora, a intermediação é das agências de publicidade, responsáveis pelo *marketing* político. Antes, eram as empreiteiras de obras públicas, e o volume de recursos era infinitamente maior.

Outro ponto que eu gostaria de destacar é a desqualificação do Congresso. Ironicamente, o José Simão, humorista da *Folha de S. Paulo*, tem se revelado um bom analista político. Segundo ele, CPI quer dizer *Comissão das Perguntas Imbecis*. Quem tem a paciência de assistir pela televisão ao questionamento dos deputados e senadores, se impressiona com o despreparo dos nossos representantes no Parlamento. Além disso, está ocorrendo o que já se pode chamar de *neolacerdismo* por parte de parlamentares do PSDB e de seu coadjuvante menor, o PFL. Exagerando nos adjetivos, isso corresponde a uma espécie de terrorismo político: de um detalhe insignificante é feito um escândalo.

Alguns jornais, em especial, a já citada *Folha de S. Paulo*, estragam o dia de qualquer analista que tente acompanhar equilibradamente o desenrolar dos acontecimentos. O “quarto poder” revela sem pudor seus posicionamentos, destacando fatos irrelevantes, promovendo, indiretamente, alguns candidatos, como o neto de ACM. Com medo de atacar a liberdade de imprensa, ninguém se atreve a dizer o que está acontecendo. Mesmo analistas políticos e cronistas de jornais que sempre foram ponderados, como o Clóvis Rossi, dizem barbaridades, com comportamentos extremamente tendenciosos.

Céli Regina Pinto – A crise não está existindo agora porque há uma grande corrupção no governo. Isto, infelizmente, vem acompanhando a história política brasileira desde há muito. A pergunta que se faz é: por que esta crise, neste momento? Por que ela se torna uma crise tão



Ferrari (à esq.): “De certa maneira, a crise abortou um projeto alternativo ao neoliberalismo para a América Latina”.

FOTOS: FLÁVIO DUTRA

particular, se tem as características de processos que se sabe que acontecem no Brasil e que parecem ser até meio aceitos pelas elites brasileiras?

A primeira novidade é que, com a ascensão do PT ao governo, temos uma mudança real de elite no poder. Isto leva a várias questões definidoras: temos uma nova elite que não sabe se relacionar com a velha elite e vice-versa, e elas não se respeitam. O PT não soube organizar um governo de coalizão, porque não sabia como se relacionar com a velha elite. Depois, está internamente cindido. Mas, o ponto inicial dessa crise foi a eleição para a presidência da Câmara Federal. Não conheço, no mundo, um partido de governo que dispute a eleição da presidência do legislativo com dois candidatos. A partir daí, criou-se uma crise que possibilitou o aparecimento do chamado “baixo clero” na Câmara, que vive à base da troca de favores. E é nesse cenário que a crise atual se inaugura.

O mais surpreendente é que todos os observadores, mesmo os mais anti-petistas, não esperavam que o PT tivesse esses problemas, uma vez que o partido sempre disse que era diferente. Todos os observadores acreditaram nisso. E quando se vê que o PT usa das mesmas artimanhas e instrumentos, e usa de uma forma muito caricata, isso torna a crise mais pesada. Mas ela não vai se aprofundar, porque não há o interesse de ninguém. Até esse momento, a sociedade civil, em sua maioria, não se manifestou nem contra, nem a favor. Trata-se de uma crise que, ao mesmo tempo em que é mi-

diática, também é centralizada, tendendo a terminar em um pacto de moralidade na política.

Fernando Ferrari Filho – A principal desilusão de petistas ou não petistas é com a condução da política econômica, uma extensão ampliada do ortodoxismo da política de FHC. E passa também pelo pouco avanço na questão social e pelas denúncias de corrupção no governo petista. A atual crise mostra que o Projeto de Desenvolvimento de Nação, apresentado pelo PT ao longo de

“Lula podia saber ou não, mas a responsabilidade dele, como presidente, é imensa”

Céli Regina Pinto



sua história, foi, na prática, jogado por água abaixo. Sobre a questão da corrupção, eu diria que, por um lado, ela é endêmica e, por outro, decorre da base parlamentar espúria que o PT articulou no Congresso.

Creio que essa crise não vai avançar muito. Primeiro, por ter como alternativa um Severino Cavalcanti para o mandato tampão, caso ocorra um processo de impedimento de Lula e José Alencar. Mas o fundamental é que não interessa às elites alterar substancialmente a condição da política econômica. Qualquer crise de maior profundidade pode levar ao abandono dos chamados fundamentos fiscais e externos, e automaticamente pôr em risco aqueles segmentos que se locupletaram ao longo do segundo mandato de FHC e continuam se locupletando: o grande capital industrial e, predominantemente, o capital financeiro.

Mas, mesmo que a crise não tenha maior repercussão na sociedade, vai refletir-se na economia. E sua consequência será o questionamento dos “fundamentos” da economia, que não são tão sólidos assim. Os fundamentos de uma economia não estão relacionados tão-somente ao ajuste fiscal ou ao superávit da balança de pagamentos, à redução do risco-país ou à elevação dos preços dos títulos da dívida externa no mercado internacional. O fundamento real de uma economia se observa quando existe estabilidade monetária, capacidade de crescimento endógeno e crescimento com inclusão social.

Eduardo Carrion – A degenerescência moral e ética do partido he-

gemônico e do governo é, em grande parte, consequência de sua degenerescência política. A começar pelas opções macroeconômicas, a continuar pela própria natureza e qualidade das políticas sociais. Sem falar na política de alianças, no reforço dos aspectos mais tradicionais da nossa vida política, como o clientelismo, o fisiologismo e o nepotismo.

Se resgatássemos as origens da realidade atual, poderíamos ver alguns sinais no início dos anos 90. Mas, antes de tudo, o desafio do exercício do poder. A degenerescência que foi própria das sociais-democracias européias, por exemplo. No entanto, um processo que na Europa talvez tenha levado 50 anos ou mais, no Brasil acelerou-se, pois em questão de uma década observamos claramente a transformação do PT.

Podemos identificar as origens disso na burocratização do partido, na profissionalização em detrimento da militância, na ênfase na conquista e no exercício do poder. E também na ênfase no *marketing* político, que despolitizou em grande parte a disputa política. Isso é dramático para um partido que pretende ser renovador e questionador do *status quo*.

É uma crise de dimensão aguda, mas não parece que vá se transformar em crise institucional, mesmo na hipótese extrema de impedimento de Lula, na medida em que forem respeitados os procedimentos constitucionais e legais previstos. Acho que a esquerda sai, politicamente e ideologicamente, derrotada. Haverá, provavelmente, duas décadas ou mais de hegemonia liberal conservadora.

Hoje, o que temos de saber se esse governo e esse partido vão conseguir se liberar do estigma da corrupção e da incompetência. Em grande parte, é esta imagem, de uma esquerda corrupta e incompetente quando assume o poder, que vai ficar para a opinião pública, o que me parece uma derrota política e ideológica. **continua**

A democracia sairá ganhando com a c

Ferrari garante que o governo Lula, reeleito ou não, continuará sendo neoliberal, até mais do que é hoje em dia; Carrion afirma que a crise acabou com um projeto alternativo ao neoliberalismo para a América Latina; Céli acha que a oposição não quebra o governo porque não há interesse em quebrá-lo; e Cattani diz que os movimentos populares, à exceção do MST, foram destruídos por uma década de política neoliberal, embora remanescentes dos movimentos de contestação, como os estudantes, estejam demonstrando admirável bom senso. Num ponto, todos estão de acordo: quem vai ganhar com a crise é a democracia.

JU – Professor Cattani, como analisa a reação popular atual comparada àquela da época de Collor?

Cattani – Antes de responder, preciso dizer que acho que o Carrion exagera, porque se alinha a um tipo de crítica absolutamente despropositada. Até parece que, com o resto dos partidos, não houve nada. O que não houve foi investigação. E esse rigor, essa severidade levam a um necrológico: o Partido dos Trabalhadores ainda está vivo e já o estão enterrando.

Fico chocado com a desproporção do rigor de certas análises, inclusive por parte de membros do Congresso, que aparecem como vestais impolutas e que, na verdade, são delinquentes, sonegadores, corruptos, alguns com processos monstruosos nas costas. O grande desafio para a esquerda é não jogar na lata de lixo todas as experiências positivas, tentando salvar conquistas extraordinárias ao fazer a triagem, a expulsão ou a condenação dos responsáveis.

Respondendo à pergunta, penso que a reação popular pode ser entendida em dois níveis. Primeiro, os movimentos populares, à exceção do MST, foram destruídos por uma década de política neoliberal, os sindicatos estão debilitados e fragmentados, e as organizações da sociedade civil, enfraquecidas... Mesmo assim, remanescentes dos movimentos de contestação, como estudantes e algumas entidades, demonstram admirável bom senso.

Houve alguma coisa seriíssima, mas nem por isso vamos imediatamente cassar o presidente, ou dinamitar o Congresso. Acho que está havendo prudência, e as sugestões de modificação da Constituição partem de lideranças políticas conservadoras e de alguns empresários extremamente oportunistas. Por outro lado, isso também favorece a estratégia da direita, e aí concordo com o que meus colegas afirmaram, que há um sangramento da alternativa de esquerda. Não se deseja uma crise violenta: para os conservadores, o melhor é desgastar o PT e impedir qualquer possibilidade de reeleição do atual governo.

JU – Como a professora Céli vê a proposta que prevê a reformulação das formas de financiamento das campanhas?

Céli – Antes de falar disto, farei algumas observações sobre o que foi dito aqui. Primeiro, discordo do que o professor Carrion disse, que a esquerda quando sobe

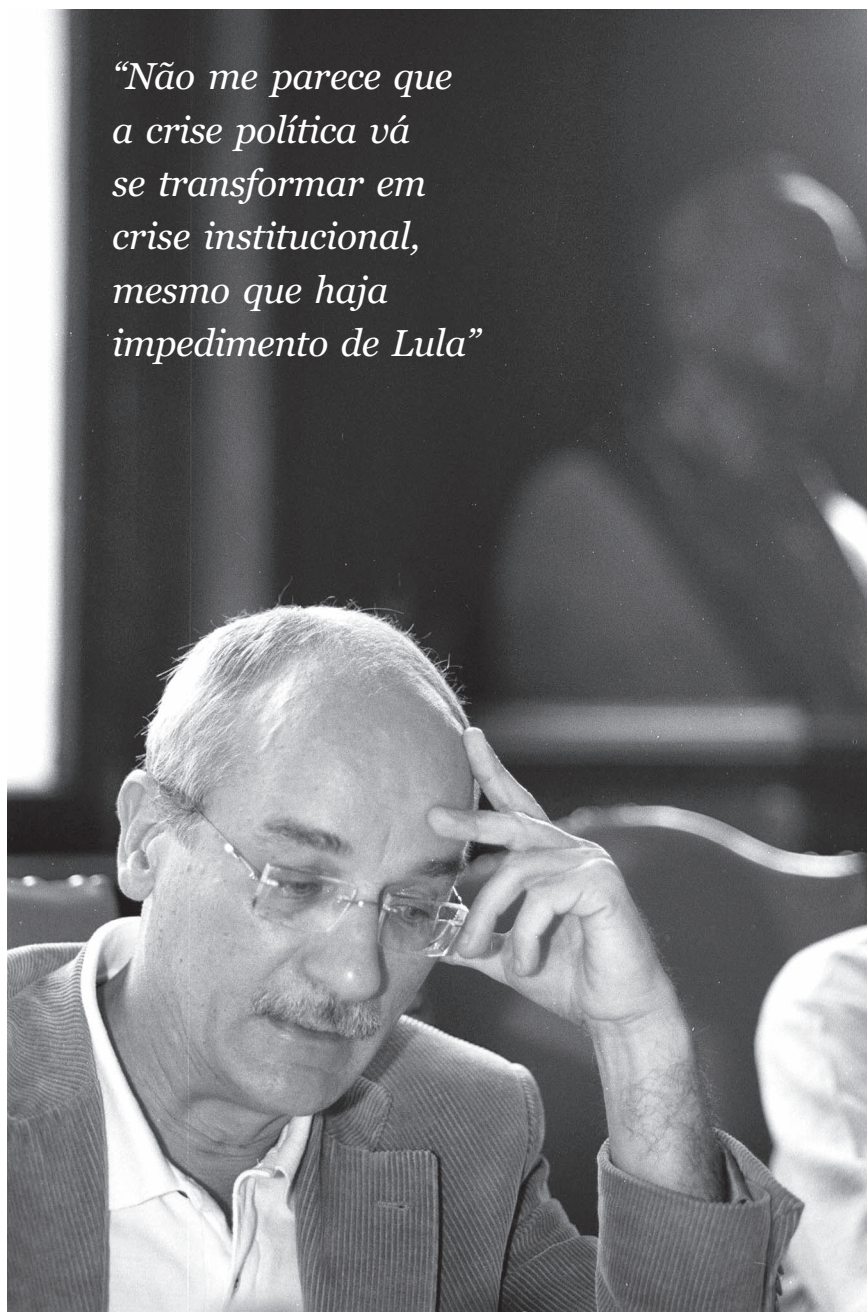
ao poder se mostra corrupta e incompetente. Acho que não. A experiência do PT nas prefeituras em que atuou foi importantíssima. Concorro que o partido chegou de forma muito crítica ao governo, mas penso que é muito perigoso dizer que a esquerda quando sobe ao poder é corrupta e incompetente.

Carrion – Se a colega me permite um aparte, eu não disse isso. Afirmei, sim, que é a imagem que vai passar para a opinião pública. E aí entra o discurso da direita, de que a esquerda é inevitavelmente corrupta e incompetente. Infelizmente, este será o saldo que vamos ter do governo Lula e da irresponsabilidade política e ideológica do PT. Eu acho que é possível uma esquerda que seja competente e honesta. Porém, hoje, com este governo, existe uma corrupção sistêmica e avassaladora. A defesa mais consistente do governo e do PT tem sido no sentido da banalização da corrupção, isto é, “os outros também faziam”, essa perspectiva faz com que a opinião pública não creia em alternativas possíveis.

Céli – De qualquer forma, acho que é muito complicado, pensando na própria dinâmica da política, dizer que podemos ter nos próximos 20 anos um conservadorismo liberal no poder como consequência desta crise. Acho que pode, mas também afirmo, com a mesma tranquilidade, que não pode. Quero fazer uma avaliação da questão do *impeachment* da reação popular. Eu não acredito que exista uma racionalidade no PSDB, que é o possível beneficiário, caso o PT venha a perder. Tendo a concordar que a oposição não quebra o governo pelas razões que o Ferrarri levantou: porque não há interesse em quebrá-lo.

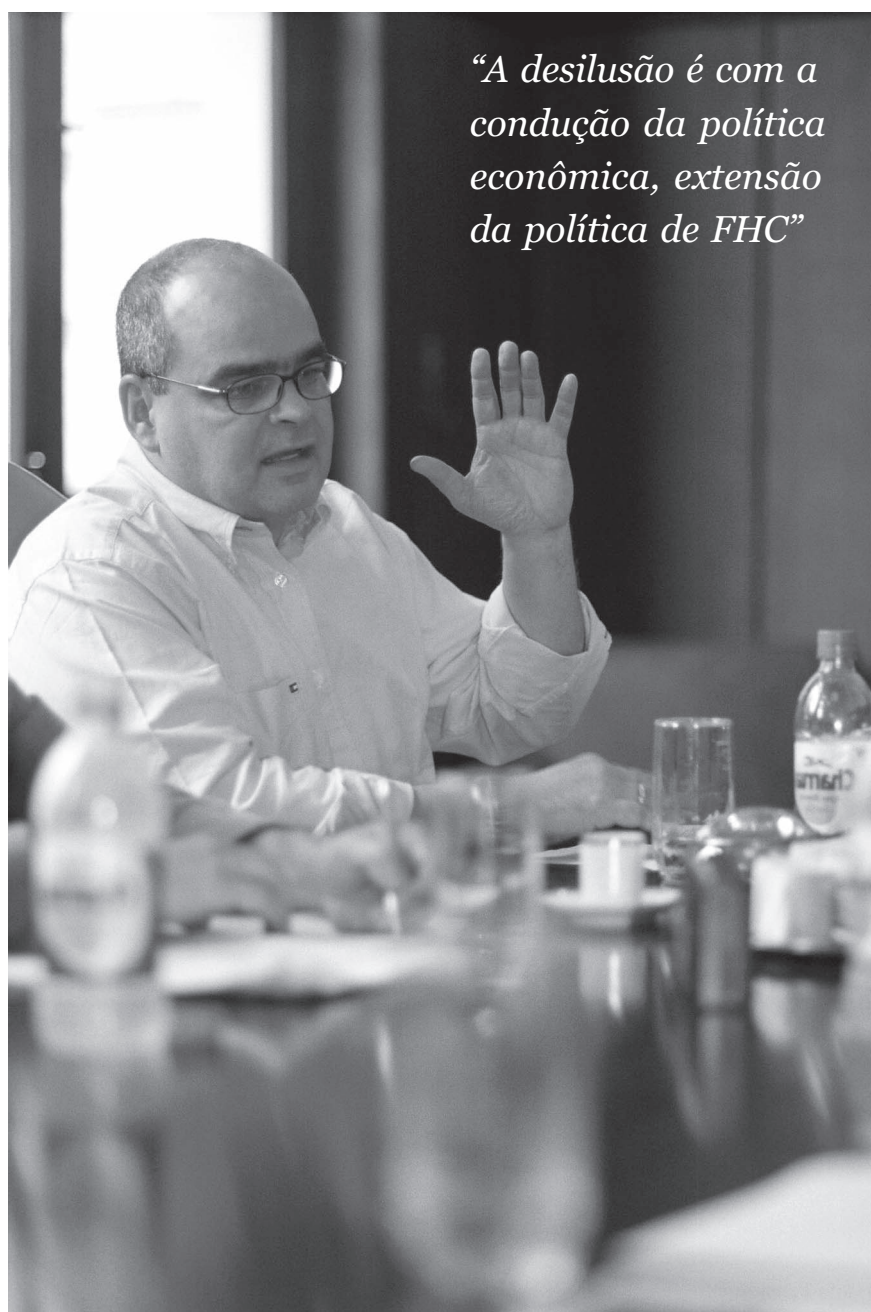
Mas, respondendo à questão das campanhas políticas no Brasil, posso dizer que há um sistema muito simples: há um fundo,

“Não me parece que a crise política vá se transformar em crise institucional, mesmo que haja impedimento de Lula”



A solução dos atuais problemas não está na adoção de medidas salvacionistas, como uma reforma política ou constituinte, mas numa total mudança nos costumes políticos do País

“A desilusão é com a condução da política econômica, extensão da política de FHC”



que é público, e existe o financiamento das empresas privadas, que podem doar um percentual do seu lucro, desde que declarem os valores. Como fazer para isto ficar melhor? Tenho muita dificuldade em aceitar fórmulas mágicas institucionais. Por exemplo, como combatemos o caixa 2? É eliminando o caixa 1, mantendo apenas o financiamento público? Porque, quando só existe o financiamento público, não estamos acabando com o caixa 2, estamos extinguindo o caixa 1. Por muito tempo, fui simpática à idéia do financiamento público das campanhas, mas agora a sensação que tenho é de que ele acaba na verdade com o caixa 1. Como o caixa 2 é ilegal, é uma contravenção, como acabar com ele?

JU – Professor Ferrari, o senhor acredita que essa crise pode vir a desestabilizar a economia do país?

Ferrari – Assim como o Cattani e a Céli fizeram comentários sobre a fala do Carrion, eu também gostaria de fazer algumas considerações, que vão ao encontro das questões postas por ele. Concorro que, de certa maneira, a crise abortou um projeto alternativo ao neoliberalismo para a América Latina: o projeto do PT previa uma transformação econômica e social no sentido de assegurarmos crescimento, estabilidade e inclusão social.

Concorro também que o governo Lula, reeleito ou não, é e continuará sendo muito mais neoliberal do que é hoje em dia. Acho que a população se dará conta de que o projeto petista não conseguiu apresentar resultados efetivos para as questões do crescimento e da distribuição. Pior de tudo é que a população perceberá que o PT acabou se envolvendo com questões que, até então, eram caras para os petistas, como o princípio ético na política.

O Cattani afirmou que este governo teve conquistas extraordinárias. Eu não consigo vê-las,

nem no campo social, nem na questão econômica. Outro ponto importante: quando o PT pensou efetivamente em vencer as eleições de 2002 – apresentando a “Carta ao Povo Brasileiro” e ampliando o leque de alianças, com a inserção de partidos como o PP e o PTB – houve um presságio de que não se poderiam esperar mudanças substanciais nas áreas econômica e social.

Quanto à questão da estabilização da economia, há muito, tenho dito que a política econômica – alicerçada no tripé metas inflacionárias, cujo objetivo da política monetária é tão-somente controlar a dinâmica de preços; expressivo superávit fiscal, objetivando gerar um equilíbrio do setor público a qualquer custo; e flexibilidade cambial e livre mobilidade de capitais – somente colhe frutos se não houver nenhuma natureza de choque desfavorável.

Tal política econômica, implementada desde a segunda gestão de FHC, só consegue resultados positivos se houver choques favoráveis, por exemplo, de liquidez internacional. Desde 2003, temos tido muita sorte, porque a economia brasileira absorveu choques internacionais favoráveis: os Estados Unidos voltaram a crescer, a China continua crescendo significativamente e a Argentina, que é um dos nossos principais parceiros comerciais, cresce pelo terceiro ano consecutivo... Por isso, tivemos êxito no que diz respeito à melhora das contas externas e na absorção do ingresso de capital.

Agora, volto a insistir: nenhuma economia tem fundamentos sólidos quando, para se beneficiar com os choques de liquidez internacional, precisa manter uma taxa real de juros (Selic descontada a inflação) de 14,2% ao ano. Isso não tem lógica.

Não tenho a menor dúvida de que, cedo ou tarde, havendo ou não o comprometimento de Palocci e Lula com todo este esquema de corrupção, a nossa economia será abalada, porque não existem fundamentos sólidos. É preciso entender que capital não tem ideologia, ele quer crescimento, lucratividade, resultado.

JU – Até que ponto esta crise toda ameaça as instituições brasileiras, professor Carrion?

Carrion – O processo político é imprevisível, mas, com os dados que temos no momento, percebo uma profunda crise política e não vejo ameaça institucional. Uma crise institucional significaria uma ruptura com esses parâmetros, e isso não está no horizonte próximo, mesmo na hipótese de impedimento do presidente.

Parece que se fecha um ciclo da história da esquerda no Brasil. O que não significa simplesmente ignorar o ciclo anterior sem resgatar o que houve de positivo. Muito antes, pelo contrário. Hoje, o próprio PT fala numa refundação e, seguramente, o reposicionamento da esquerda no Brasil tem como componente essencial esse contingente que

Balanço
Fecha-se
da história
esquerda
do qual a
instituição
sairão m
e haverá
controle
populaçã
as camp
políticas

Crise, afirmam professores da UFRGS

da crise
um ciclo
ia da
no País,
s
es
ais fortes
maior
da
io sobre
anhas

acreditou, dentro do PT, num projeto alternativo, seja a militância, sejam os dirigentes, que não se comprometeram com o que está acontecendo com o governo e com o partido.

Parece-me essencial pensar o futuro radicalmente, definindo medidas para mudar o modelo de campanhas eleitorais. Já há, inclusive, um projeto de lei sendo examinado no Congresso Nacional que atende parcialmente a esse objetivo. Em termos

de medidas de curto prazo, devemos também reduzir drasticamente o número de CCs nas três esferas de governo federal, estadual e municipal. Simplesmente proibir as emendas parlamentares individuais ao orçamento público, só admitindo emendas de bancada. A médio e longo prazo, aí sim, devemos pensar em reformas em profundidade.

Acho que está presente o sentimento dos participantes de que não podemos nos precipitar. O receio que vejo quando se fala em reforma política ou em Constituinte é novamente a tendência a soluções salvacionistas. Acredito que a solução passa por práticas, por comportamentos e pelo que Montesquieu chamaria “os costumes políticos” de uma nação. É isso o que nós temos de transformar em substância.

Chamo a atenção para o fato de que vivemos numa conjuntura em que as forças progressistas, democráticas e de esquerda estão encurraladas, na defensiva. E há um avanço do pensamento de direita e conservador. É verdade que talvez seja precipitado falar em uma hegemonia liberal conservadora para os próximos 20 anos. Quando me referi a isso, falei num sentido simbólico. Mas acho que haverá uma longa travessia para a esquerda, em função da conjuntura que estamos vivendo.

Nesse contexto, a reforma política e a Constituinte, em que pesem as mazelas da Constituição de 1988, significariam provavelmente um recuo conservador. Há o risco, por exemplo, de ser introduzido o voto distrital no Brasil, o que seria um retrocesso muito grande na representação para as forças democráticas, já que a idéia do voto proporcional sempre foi uma bandeira republicana e socialista.

Fala-se também na adoção do parlamentarismo, tradicional proposta do conservadorismo no Brasil. A manterem-se os parâmetros do Congresso Nacional, bicameralista, formado por um Senado Federal com amplas prerrogativas e uma Câmara dos Deputados com distorções na representação, se for introduzido o parlamentarismo este será, inevitavelmente, conservador. Então, neste momento, promover uma mudança substancial no sistema político e de representação, e na Constituição pode ter um efeito danoso na perspectiva de projetos alternativos.

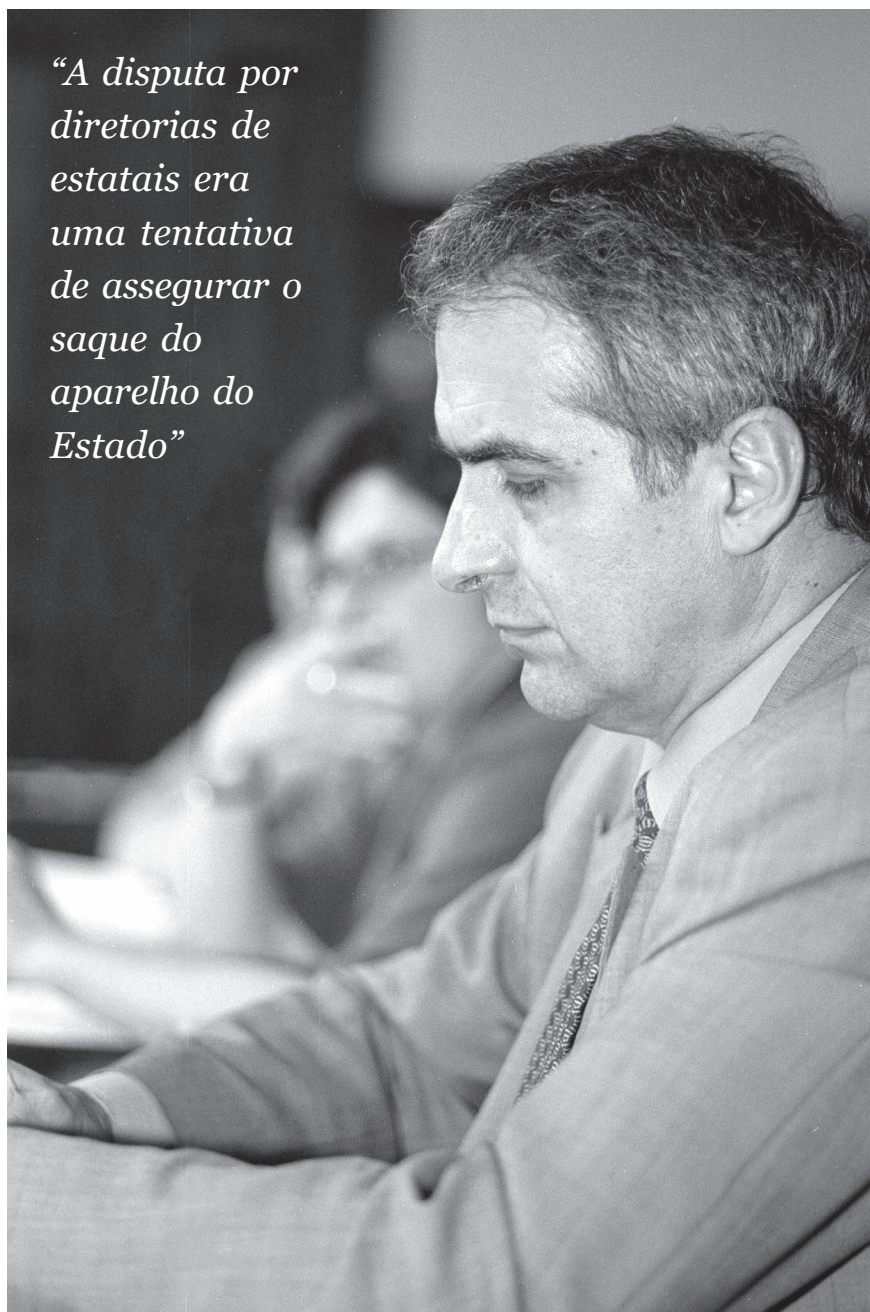
JU – É possível que Lula não soubesse de nada?

Céli – Acho muito difícil que o presidente da República e o con-

junto das pessoas que trabalham dentro do Palácio do Planalto não soubessem do que estava acontecendo. Quando se tem uma estrutura hierárquica, se faz muita coisa sem contar para a figura de ponta. Contudo, não acredito que esse esquema todo estivesse sendo construído por duas pessoas. Certamente havia mais gente envolvida. Não sabemos da guerra no interior do governo em relação a isso e talvez, nunca saibamos, salvo se alguém, lá pelas tantas, escrever uma biografia revelando estas informações. E, sinceramente, não vejo muita importância nesta questão. Lula podia saber ou não, mas a responsabilidade dele, como presidente, é imensa, independentemente disso.

Ferrari – Por mais que seja irrelevante saber se o Lula tomava conhecimento ou não, e eu entendo que ele tomava conhecimento, pelos motivos expostos pela Céli, é pouco provável que essa questão toda tenha envolvido somente dois ou três segmentos da esfera palaciana. E Lula, tempos atrás, deu indícios de que sabia e sabe de muitas coisas, quando do episódio da demissão do ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), Carlos Lessa. Lula, naquela situação, afirmou que tinha conhecimento de que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso teria praticado atos de corrupção em seu Governo, principalmente no que diz respeito ao processo de privatizações. Se, naquela ocasião, Lula foi conivente, ao omitir-se perante os fatos, é improvável que agora ele viesse a adotar outro comportamento.

Carrion – Tratando-se de um sistema presidencial, com hipertrofia do Executivo, em que o presidente livremente nomeia seus auxiliares mais imediatos, como livremente também os demite, o que é mais grave: saber tudo, saber alguma coisa e nada



“A disputa por diretorias de estatais era uma tentativa de assegurar o saque do aparelho do Estado”

Uma das conseqüências da crise é o fim da espetacularização da política, a outra é que as pessoas perceberão que a economia não é assim tão blindada

fazer ou pouco fazer, ou simplesmente, levando em conta a natureza presidencialista do nosso governo, não saber nada?

JU – Que perdas e ganhos o País terá com a crise?

Cattani – Acho que teremos, sobretudo, ganhos. Esta crise representa um ganho e, neste ponto concordo plenamente com o Carrion, pois vamos ter uma menor espetacularização da política. Era uma bobagem todas aquelas campanhas, aquele marketing político, a falsidade em todos os partidos. Isto vai ser reduzido por força da possível reforma eleitoral ou mesmo sem ela. As campanhas serão mais controladas. Agora, está todo mundo de olho em todo mundo, e acho que haverá também uma moralização do aparelho do Estado. A disputa acirrada por diretorias de estatais nada mais era do que para assegurar o saque organizado do aparelho do Estado. Agora, acredito que haverá um controle maior. O Ministério Público – afora umas bobagens localizadas que está fazendo – sairá reforçado. Então, num balanço sintético, acho que a crise foi extremamente positiva.

Ferrari – Analisando especificamente a condução da política econômica, considero que ela pode protagonizar ganhos e perdas. Eu diria que o ganho será a constatação de que a atual política econômica não assegura blindagem para a economia, como se apregoa. Só existe blindagem quando se entender que o controle do processo inflacionário não é o objetivo fim da política econômica. Ele é um meio para se propiciar crescimento e desenvolvimento com inserção social. Enfim, o ganho será que as pessoas perceberão que a economia não é tão blindada assim. Contraditoriamente, a perda será a própria ortodoxia econômica. Como foi dito, quem se locuple-

ta com a política econômica é o grande capital industrial e o capital financeiro. Assim sendo, provavelmente, esses agentes vão exigir mais arrocho fiscal e mais política monetária ortodoxa para continuarem se locupletando.

Carrion – Com relação às perdas e ganhos respondo com uma pergunta: se não houvesse essa crise, se não houvesse essas denúncias, quais seriam os rumos do país? Haja vista a situação que vivemos no passado recente na Argentina, com um peronismo praticamente mafioso, haveria o risco de termos essas relações suspeitas de fundos de pensão com a estrutura sindical e que pudéssemos ter também mazelas equiparáveis. Então, a não acontecer o que está acontecendo, talvez o nosso destino fosse mais trágico.

Considero importante o resgate da dimensão republicana, a reaglutinação das forças de esquerda e o repensar de seus projetos. É a hora de pensar melhor o que é a institucionalidade da democracia e de um partido, na perspectiva das forças alternativas. Isso se perdeu muito, em função do desafio do exercício do poder. Com relação, por exemplo, ao fenômeno de burocratização do Estado e dos partidos. São inúmeras questões. Acredito que as forças progressistas e democráticas serão obrigadas a reavaliar tudo isso e esse é um dos aspectos positivos, entre outros.

Céli – Tendo a concordar com os colegas que falaram antes. Não gosto da expressão cultura política, mas julgo importante a experiência política que o país está tendo. Acredito muito pouco em reformas, em engenharias políticas milagrosas.

Concordo com o Carrion: o parlamentarismo e o voto distrital seriam um desastre para o país. A única forma que temos para democratizar o país e democratizar o poder é aumentar o controle sobre o poder. Quanto mais controlarmos o poder, mais ele será obrigado a ser aberto. No ano que vem, teremos uma eleição absolutamente controlada pela sociedade. O candidato que oferecer um chaveirinho a mais vai ser apontado: olha lá, ele está com um chaveirinho. E isso é muito bom. Acho que este é o grande ganho.

Não há reforma política nem engenharia institucional que possa controlar a troca de favores entre o Estado e o campo político, só a sociedade é capaz de fazer isso. Concordo até que terá de passar muitos anos para conseguirmos reconstruir aquele PT dos 25 anos que foi destruído. Agora, como regime, sairemos melhorados. Outra vez, concordo plenamente com o Carrion: se não tivesse havido isso, para onde iria o país com todo esse roldão de dinheiro de fundos de pensão, de sindicatos etc. correndo internamente sem a gente saber? É sempre melhor o conjunto da população saber das coisas do que não saber, independente do que se saiba.



“Eu não teria nenhuma surpresa se, após tudo isso, Lula fosse reeleito”

Entrevista realizada no dia 22 de agosto, na Sala dos Professores da Faculdade de Direito da UFRGS, pelos jornalistas Ademar Vargas de Freitas, Ânia Chala, Sandra Salgado e Sônia Torres, com fotos de Flávio Dutra.